

# AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

## PRINCÍPIOS E PERSPECTIVAS

RAIMUNDO CARVALHO MOURA FILHO



**AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM:  
PRINCÍPIOS E PERSPECTIVAS**



RAIMUNDO CARVALHO MOURA FILHO

**AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM:  
PRINCÍPIOS E PERSPECTIVAS**

1ª Edição

Quipá Editora  
2023

Copyright © do autor. Todos os direitos reservados.

Esta obra é publicada em acesso aberto. O conteúdo dos capítulos, os dados apresentados, bem como a revisão ortográfica e gramatical são de responsabilidade de seus autores, detentores de todos os Direitos Autorais, que permitem o download e o compartilhamento, com a devida atribuição de crédito, mas sem que seja possível alterar a obra, de nenhuma forma, ou utilizá-la para fins comerciais.

Revisão e normalização: o autor  
Preparação e diagramação: Quipá Editora

Conselho editorial: Me. Adriano Monteiro de Oliveira, Quipá Editora | Dra. Francione Charapa Alves, Universidade Federal do Cariri | Dra. Maria Eneida Feitosa, Universidade Regional do Cariri | Dra. Mônica Maria Siqueira Damasceno, Instituto Federal do Ceará, Juazeiro do Norte

---

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

---

M929a      Moura Filho, Raimundo Carvalho  
                 Avaliação da aprendizagem : princípios e  
                 perspectivas / Raimundo Carvalho Moura Filho.  
                 — Iguatu, CE : Quipá Editora, 2023.

51 p. : il.

ISBN 978-65-5376-243-5

DOI 10.36599/qped-978-65-5376-243-5

1. Educação. 2. Avaliação. 3. Prática docente. I.  
Título.

---

CDD 372.48

---

Elaborada por Rosana de Vasconcelos Sousa — CRB-3/1409

Obra publicada em outubro de 2023

Quipá Editora  
www.editora.com.br  
@quipaeditora

## **SUMÁRIO**

<b>CAPÍTULO 1</b>	<b>05</b>
A AVALIAÇÃO TRADICIONAL. UMA ESCOLA TRADICIONAL?	
<b>CAPÍTULO 2</b>	<b>22</b>
PRINCÍPIOS BÁSICOS E REFLEXÕES DA AVALIAÇÃO NO PROCESSO DE APRENDIZAGEM	
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>42</b>
<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>47</b>
<b>SOBRE O AUTOR</b>	<b>50</b>

## **CAPÍTULO 1**

### **A AVALIAÇÃO TRADICIONAL. UMA ESCOLA TRADICIONAL?**

#### **RESUMO DO CAPÍTULO**

Neste livro, buscamos abordar o tema da avaliação na prática docente, destacando sobretudo sua importância na construção de uma educação de qualidade. A avaliação é vista como uma atividade constante que vai além de simplesmente medir o desempenho dos alunos. Ela envolve aspectos das relações interpessoais e da reflexão crítica, promovendo uma abordagem mais democrática e inclusiva na educação. O texto começa discutindo a prática tradicional de avaliação, que se baseia em uma estrutura hierárquica na qual o professor é a autoridade central e os alunos são avaliados retrospectivamente. Essa abordagem é criticada por

sua rigidez e falta de flexibilidade, e a necessidade de uma educação mais personalizada é enfatizada.

A avaliação tradicional se concentra em exames e provas como principal método de avaliação. Essa prática é vista como limitada e muitas vezes injusta, uma vez que não leva em consideração as diferentes necessidades e estilos de aprendizagem dos alunos.

## **INTRODUÇÃO**

Na prática docente, o avaliar é ato constante. Ainda que compartilhe o mesmo campo semântico das atividades de qualificação, medição, exame, certificação, está para além deles: transcende-os naquilo em que eles não alcançam. Essa outra “coisa” a que se dirige o ato avaliativo está presente nas relações e inter-relações, nos envolvimento entre os sujeitos que sempre escapam de qualquer classificação artificial (ÁLVARO MÉNDEZ, 2002).

Na perspectiva da avaliação calcada na racionalidade prática (em oposição à racionalidade técnica), o avaliar inclui a explicitação dos critérios, a clareza na apresentação dos objetivos. O reconhecimento da diversidade (étnica e de gênero) é um convite a modos críticos e reflexivos de agir, e não o seguimento mecânico das classificações e medições. O aluno não é surpreendido, como na prática tradicional de “pegar a turma de surpresa”, o que indica mais a postura autoritária do professor do que o eventual fracasso do aluno.

O que a avaliação avalia? O que ela não avalia? Qual é o seu papel em uma concepção de educação progressista, atenta à criticidade e historicidade dos conteúdos? Essas são algumas perguntas que norteiam este livro.

Seja numa perspectiva tradicional, em que os testes e exames “mediam” a qualidade da aprendizagem, seja numa perspectiva mais atual, em que testes, provas e outros instrumentos são mobilizados em um contexto educacional como parte do processo de aprendizagem, o termo



avaliação se faz presente. Por outro lado, ainda que compartilhe do mesmo campo semântico, a avaliação não se confunde com os instrumentos técnicos que deles pode vir a se servir.

A avaliação da aprendizagem desempenha um papel fundamental na educação, na medida em possibilita não apenas medir o progresso dos alunos, mas também orientar e melhorar o processo de ensino-aprendizagem. Isso é central: a avaliação integra o processo educativo, pelo que os envolvidos (escola, professores e alunos) precisem integrar em contexto de diálogo.

As perguntas devem ser investigadas minuciosamente, e as respostas não devem ser vistas como produtos imutáveis e incontestáveis. É crucial que os objetivos sejam claramente definidos para mitigar riscos autoritários associados à avaliação. É necessário pausar para reflexão. Assim como os peripatéticos que filosofavam enquanto caminhavam, a reflexão deve estar sempre presente. A prática deve ser permeada pela reflexão. A avaliação, reconhecidamente, abrange

interesses que vão além da aprendizagem. Não podemos ignorar que seu propósito fundamental é promover a educação, o desenvolvimento científico e ético. Os interesses políticos e econômicos não devem obscurecer a visão daqueles que avaliam e são avaliados; a avaliação é direcionada para a emancipação.

Portanto, é importante continuar a concentrar-se na capacitação dos indivíduos para que possam atingir o seu pleno potencial e participar de forma significativa na sociedade. Em suma, pode-se afirmar que a avaliação não deve ser considerada como um fim em si, mas como um meio para promover a aprendizagem e o desenvolvimento. Isto deve ser feito de forma transparente, reflexiva e centrada no aluno para alcançar objetivos educacionais mais amplos.

### **Conceituando a escola tradicional**

A escola tradicional, surgida no século XVIII durante o Iluminismo, nasceu com o objetivo

de difundir os ideais de homem, como assim o entendiam a sociedade burguesa. Neste modelo, a sala de aula é caracterizada por uma estrutura hierárquica em que o professor assume o papel de autoridade central e dirige a disseminação da informação e do conhecimento. A maioria dos alunos trabalha individualmente e o currículo se concentra nas competências essenciais.

Historicamente, a educação liberal tem as suas raízes na pedagogia tradicional. Nessa abordagem, a pedagogia enfatiza o ensino de disciplinas humanitárias e de cultura geral, onde o aluno é orientado com o objetivo de alcançar a plena autorrealização pessoal. Seu conteúdo, métodos de ensino e relações professor-aluno nada têm a ver com o cotidiano dos alunos e muito menos com a realidade social. Esta perspectiva é dominada pela voz do professor, pelas regras estabelecidas e pelo foco exclusivo no desenvolvimento intelectual. (LIBÂNIO, 1992, p.3).

Seguindo as proposições do mesmo autor, podemos destacar que essa tendencia pedagógica é

uma abordagem pedagógica tradicional, caracterizada por um enfoque intelectualista e uma relação hierárquica entre professor e aluno, definida por Paulo Freire como uma “relação bancária”. Nessa perspectiva, o aluno é visto como um receptor passivo de informações que são totalmente moldadas pelas ações do professor. Neste contexto, a principal tarefa da escola é preparar intelectual e moralmente os alunos, para que possam cumprir o seu papel na sociedade.

O compromisso da escola é com a transmissão da cultura e os problemas sociais são vistos como pertencentes a toda a sociedade. A meritocracia é um princípio protegido que acredita que o acesso à informação está ao alcance de todos, desde que haja trabalho individual. Os alunos menos capazes são incentivados a lutar para superar suas dificuldades e desafiar os mais capazes. Se não conseguirem fazê-lo, candidatar-se a uma formação profissional pode ser uma alternativa. Em termos de conteúdo de ensino, a abordagem tradicional

centra-se na recolha de informação intelectual e enciclopédica.

O valor do conhecimento é visto como um todo em si, separado da experiência cotidiana dos alunos. Os métodos de ensino predominantes são a apresentação verbal e a demonstração. O processo de aprendizagem é estruturado em fases que incluem preparação do aluno, apresentação do conteúdo, conexão de novos conhecimentos com conhecimentos já adquiridos, generalização para conceitos mais amplos e aplicação de conhecimentos por meio de exercícios. A ênfase principal está na repetição e na prática, com o objetivo de lembrar e formar hábitos de disciplina. Na relação professor-aluno, a abordagem tradicional enfatiza a autoridade do professor, o que pode até ser confundido com autoritarismo.

O questionamento do professor é muitas vezes interpretado como falta de disciplina, e o próprio aluno considera as informações que recebe como uma verdade a ser assimilada. Embora a abordagem tradicional tenha dominado a história da educação

durante muito tempo, novas teorias e práticas pedagógicas surgiram ao longo do tempo que incentivam uma visão mais inclusiva e colaborativa do processo educativo. (GIUPATTO, 2021).

A adesão estrita a um currículo prescrito, que muitas vezes depende fortemente de livros didáticos, é apreciada. Numa escola tradicional, os alunos muitas vezes recebem informações dos professores como verdades indiscutíveis, e a validação da aprendizagem é procurada através de respostas corretas. Devido a sua rigidez e resistência à inovação, este modelo foi criticado amplamente. Apesar de críticas fundamentadas e de pesquisas importantes na área, práticas da escola tradicional persistem. Mas as exigências modernas em termos de tecnologia e métodos pedagógicos tem demandados novas posturas dos atores envolvidos no processo de ensino aprendizagem.

É importante ressaltar que o ensino tradicional pode ser adequado para determinados tipos de alunos, principalmente aqueles que são disciplinados e aprendem bem por meio da

transmissão de informações. No entanto, é importante notar que diferentes alunos têm diferentes estilos de aprendizagem e uma abordagem tradicional pode não atender a todas as necessidades. Portanto, a flexibilidade e a personalização do ensino são cada vez mais valorizadas na educação moderna, para que todos os alunos tenham a oportunidade de aproveitar ao máximo o seu potencial.

### **A avaliação tradicional**

Conforme a professora Jussara Hoffmann (2001, p.20), marcam as práticas tradicionais de avaliação a ênfase na validação retrospectiva da trajetória educacional do aluno. Isso se manifesta, por exemplo, na coleta e apresentação de resultados obtidos, acompanhados de justificativas para o desempenho do estudante em um período específico.

Essa abordagem baseia-se na comparação entre metas planejadas e atingidas, no contraste entre o ponto de partida do aluno e seu estágio atual, nas observações de mudanças comportamentais e na análise comparativa com os padrões do grupo. Assim que essa fase de aprendizado é documentada e explicada, a avaliação é considerada concluída, seja ao final de períodos específicos (como bimestres, trimestres ou semestres) ou ao término do ano letivo. (HOFFMANN, 2001, p.20).

Os registros e anotações do avaliador priorizam claramente o passado, reunidos com o propósito de elucidar o nível de competência alcançado pelo estudante ou descrever sua postura naquele momento em relação à atitude. Com base nesses dados, o professor emite seu veredicto, expresso em conceitos, notas numéricas ou pareceres descritivos. Em um conjunto de observações sobre a avaliação escolar como vinha sendo praticada nas escolas brasileiras na segunda metade do século XX, Cipriano Luckesi (2008,



p.17-18) aponta que na prática educativa atual, observa-se que a avaliação da aprendizagem adquiriu uma posição proeminente nos processos de ensino que a abordagem pedagógica adotada reflete uma notável ênfase na cultura do exame.

Isso se torna particularmente evidente na organização do terceiro ano do ensino médio, em que todas as atividades de ensino e aprendizado são direcionadas para o treinamento intensivo em "resolver provas", com o propósito de se preparar para os exames vestibulares, amplamente considerados como o principal meio de ingresso nas universidades. Nesse nível de escolaridade, o ensino se concentra primordialmente na prática de solucionar questões de exames, as quais estão centradas em tópicos específicos considerados relevantes para a seleção no vestibular. Além disso, os cursinhos preparatórios para o vestibular acentuam ainda mais esse processo de treinamento na resolução de provas (LUCKESI, 2008, p.17-18).

Em outro texto, o mesmo autor (LUCKESI, 2005, p.40) considera que a análise revela que os

exames e as consequentes reprovações, que se manifestam como fracasso escolar, muitas vezes são utilizados como justificativa para um ensino sem qualidade. O estudante acaba sendo responsabilizado, visto que frequentemente se atribui a ele o resultado negativo devido ao suposto desinteresse e à suposta irresponsabilidade nos estudos. No entanto, essa abordagem obscurece outros fatores que também contribuem para os resultados insatisfatórios da aprendizagem, como políticas públicas e educacionais deficientes, condições precárias de ensino e baixos salários dos educadores.

A prática autêntica da avaliação da aprendizagem vai de encontro a essa tendência, uma vez que se baseia na busca por uma melhor qualidade nos resultados. Isso implica, necessariamente, uma melhoria na qualidade do ensino, que, por sua vez, requer investimentos em diversas áreas da educação. Esses investimentos englobam desde recursos materiais e didáticos até a valorização e capacitação dos profissionais da

educação, bem como a construção e manutenção de infraestrutura física adequada.

Percebe-se assim a necessidade de desconstruir uma cultura histórica de concepção e prática equivocada da avaliação da aprendizagem, na qual se evidenciam os instrumentos provas e exames com a finalidade de mera classificação dos educandos, que perdura há cinco séculos.

Em uma análise histórica, podemos identificar a origem das práticas de avaliação na forma de exames e provas nos colégios católicos da Ordem Jesuíta e nas escolas protestantes a partir do século XVI. A partir desse século até o século XX, principalmente até a década de 1930, a tradição educacional ocidental viu a predominância da prática de exames e provas, amplamente utilizada em colégios católicos jesuítas e escolas protestantes comêniadas. (LUCKESI, 2003, p.16):

Por outro lado, é importante destacar, seguindo Mary Chueiri (2009, p.54) que essa prática de avaliação remonta a um período anterior, à Antiguidade chinesa. Cerca de três mil anos antes

de Cristo, já eram empregados exames para selecionar candidatos para o serviço militar naquela parte do Globo. No entanto, os exames escolares, conforme os conhecemos hoje em nossas instituições educacionais, foram desenvolvidos e sistematizados durante a era moderna, como resultado das transformações na abordagem educativa desse período.

Essa abordagem tinha como principal objetivo aprovar ou reprovar os estudantes e era comumente referida como "Pedagogia Tradicional," na qual os termos exames e avaliação eram usados de forma intercambiável. A terminologia "Avaliação da aprendizagem" foi introduzida em 1930 por Ralph Tyler, um educador norte-americano que viveu de 1902 a 1994, em um período em que os Estados Unidos enfrentavam altas taxas de reprovação. Tyler buscava uma abordagem eficiente de ensino e aprendizagem, defendendo que a avaliação deveria desempenhar um papel fundamental no apoio a esse processo (LUKESI, 2003, p. 170).

### **Considerações finais do capítulo**

Por fim, este capítulo discutiu a avaliação na prática docente e enfatizou a importância de uma abordagem inovadora em comparação com a avaliação tradicional. Concluiu que a avaliação tradicional baseada em exames e testes centra-se frequentemente em resultados retrospectivos e pode ser limitada e injusta porque não tem em conta as necessidades individuais dos alunos.

Além disso, discutimos como a avaliação tradicional muitas vezes reforça uma abordagem autoritária onde o professor é a autoridade central e os alunos são avaliados de surpresa. Contudo, uma visão progressista da educação valoriza a reflexão crítica, a historicidade dos conteúdos e a personalização do ensino. É necessário, portanto, repensar a prática da avaliação docente e procurar abordagens mais inclusivas e democráticas que tenham em conta as diferentes necessidades e estilos de aprendizagem dos alunos.

Isso exige mudança da cultura educacional e investimento na qualidade do ensino, valorização dos profissionais da educação e infraestrutura adequada. A avaliação da aprendizagem deve, em última análise, ser vista como uma ferramenta para promover a qualidade da educação e o desenvolvimento dos alunos, e não simplesmente como uma ferramenta de avaliação.

Buscar uma abordagem mais inovadora na avaliação é necessário para construir uma educação de qualidade que atenda às demandas atuais e prepare os alunos para enfrentar os desafios do futuro.

## **CAPÍTULO 2**

# **PRINCÍPIOS BÁSICOS E REFLEXÕES DA AVALIAÇÃO NO PROCESSO DE APRENDIZAGEM**

### **RESUMO DO CAPÍTULO**

A avaliação desempenha um papel fundamental na educação, seja como mediadora da qualidade da aprendizagem, seja como ferramenta integrada ao processo educativo. Este capítulo explora o conceito de avaliação como parte intrínseca do processo de ensino-aprendizagem, destacando sua importância na promoção de uma educação mais democrática e inclusiva. Além disso, discute a distinção entre avaliação formativa, que fornece feedback durante a aprendizagem, e avaliação somativa, que ocorre no final de um período e atribui notas, enfatizando a importância

da primeira na melhoria da qualidade educacional. Também explora a individualização do ensino como uma abordagem que reconhece as diferenças no ritmo de aprendizado dos alunos e destaca como a avaliação como parte do processo educacional promove a reflexão, a metacognição e uma cultura de melhoria contínua.

### **Avaliação como Subsidiária do Processo Ensino-Aprendizagem**

Em primeiro lugar, a avaliação pode ser entendida, como pondera Juan Álvaro Méndez (2002), “como atividade crítica de aprendizagem, porque se assume que a avaliação é aprendizagem no sentido de que por meio dela adquirimos conhecimento”.

Essa concepção pode ser aproximada daquilo que José Libânio (1999) considera sobre a avaliação possibilitar a tomada de decisões, uma vez que cumpre funções pedagógico-didática, de diagnóstico e de controle. A função pedagógico-



didático se refere, como a compreende o autor, ao cumprimento de objetivos gerais e específicos da educação escolar.

Dentre esses objetivos, talvez o mais importante, está o de preparar os educandos para atuarem social e culturalmente na sociedade. Em relação a função de diagnóstica, a avaliação permite identificar progressos e/ou dificuldades dos alunos, permeando de uma ponta a outro o processo de ensino.

A função de controle se refere a sistematização, por meio de atividades diversas, dos resultados alcançados. Antes de quantificar os resultados, trata-se de observar como os alunos estão conduzindo a si mesmos na assimilação de conhecimentos e habilidades. (LIBANEO, 1999, p.195-198)

Assim, é crucial compreender que a avaliação não existe de forma isolada, mas está intrinsecamente ligada ao processo de ensino-aprendizagem. Ela emerge como uma alternativa ao modelo autoritário de avaliação e visa apoiar a

construção de uma educação mais democrática. Aliás, o tema da democratização do ensino, que uma luta constante dos educadores da década de 1980, é incompatível com modelos avaliativos que contribuem para a exclusão e fracasso escolar.

A mudança de paradigma incluiu a noção de avaliação diagnóstica, que busca entender o estágio de aprendizagem do aluno e ajudá-lo a progredir, em vez de simplesmente classificá-lo para atender a finalidades de seriação. A democratização do ensino também envolve o acesso universal, a permanência e a qualidade do ensino.

## **2.2. Avaliação Formativa e Somativa**

Dentro da abordagem da avaliação como subsidiária do processo ensino-aprendizagem, é essencial distinguir entre avaliação formativa e somativa. A primeira ocorre durante o processo de aprendizagem e é usada para fornecer *feedback* aos alunos e orientar o professor na adaptação de sua instrução. Por outro lado, a avaliação somativa acontece no final de um período de ensino ou

unidade de estudo e é usada para atribuir notas ou fazer uma avaliação sumativa do desempenho do aluno. Ambas têm seu lugar na avaliação, mas a ênfase na formativa está alinhada com a ideia de que a avaliação está a serviço da aprendizagem, não apenas da classificação.

Assim, por exemplo, as provas bimestrais, que são bastantes comuns nas escolas brasileiras, são de natureza formativa, na medida em que acontecem, nesse caso, ao final de uma unidade de tempo (o bimestre). Embora as provas bimestrais não sejam *a priori* “reprovativas”, ainda assim são somativas na medida em que classifica os alunos de acordo com níveis de aprendizagem.

A avaliação somativa, com função classificatória, é realizada ao final de um curso, período letivo ou unidade de ensino, com o propósito de classificar os alunos de acordo com níveis de aproveitamento previamente estabelecidos, geralmente visando à sua progressão para o próximo estágio ou grau. Conforme apresentado em um quadro elaborado pela

pesquisadora Regina Haydt (2004, p.19), que esquematiza as três modalidades de avaliação, cada uma tem suas finalidades específicas e períodos de aplicação. Essas três formas de avaliação estão intrinsicamente interligadas, e para assegurar a eficácia do sistema de avaliação e do processo de ensino-aprendizagem, é essencial que o professor utilize todas elas em conjunto.

Com efeito, avaliação formativa tem a função de controlar. Os seus propósito (para que usar), principais são: verificar se os objetivos estabelecidos foram alcançados pelos alunos e fornecer dados para aprimorar o processo de ensino-aprendizagem. É feito durante todo o ano letivo. A avaliação somativa, com função classificatória, é realizada ao final de um curso, período letivo ou unidade de ensino, com o propósito de classificar os alunos de acordo com níveis de aproveitamento previamente estabelecidos, geralmente visando à sua progressão para o próximo estágio ou grau. (HAYDT, 2004, p.19).

## **Individualização do Ensino**

A individualização do ensino é uma abordagem educacional que visa adaptar a aprendizagem às necessidades especiais de cada aluno, através da qual este percorre o currículo num ritmo diferente de acordo com as suas necessidades de aprendizagem. Isto significa reduzir a dependência de lições tradicionais e positivas e enfatizar atividades práticas e pessoais como parte do método de aprendizagem.

Esta abordagem pode ser considerada uma forma de diferenciação, que visa atender às necessidades únicas de cada aluno, ou de personalização, onde os alunos são envolvidos na criação de atividades de aprendizagem baseadas em seus interesses e habilidades individuais.

A individualização do ensino pode ser aplicada em diversas áreas do conhecimento, atingindo contextos tão diversos como, por exemplo, aulas de natação. As suas raízes históricas remontam a quase meio século e engloba todas as

estratégias de ensino que se adequam às necessidades individuais de cada aluno, tendo em conta a sua preparação, interesses e melhores práticas de aprendizagem.

Essa abordagem coloca o aluno no centro da aprendizagem, permitindo-lhe ditar o ritmo de seus estudos, ensino e acesso aos conteúdos de acordo com seus interesses e entendimentos. Porém, é importante ressaltar que a individualização do ensino deve ser realizada de forma ponderada e analisando cuidadosamente as necessidades de cada aluno para garantir sua eficácia e melhorar a qualidade do ensino.

Cada aluno deve ser considerado em sua especificidade. Isso devido a um fato bastante simples, mas por vezes desconsiderado, consciente ou inconscientemente, por nossos professores: cada pessoa tem seu próprio ritmo de aprendizagem. O que funciona para um pode não funcionar para outro.

A avaliação como subsidiária do processo ensino-aprendizagem também promove a

individualização do ensino. Isso significa reconhecer que os alunos têm ritmos de aprendizado diferentes e, portanto, podem precisar de abordagens de ensino personalizadas. Os resultados da avaliação ajudam os educadores a identificar as necessidades específicas de cada aluno e a adaptar seu ensino para atender a essas necessidades, promovendo assim um ambiente de aprendizagem mais inclusivo.

Ao envolver os alunos no processo de avaliação e fornecer feedback construtivo, a abordagem da avaliação como subsidiária também incentiva o desenvolvimento da metacognição. Os alunos aprendem a refletir sobre seu próprio aprendizado, a identificar suas forças e áreas de melhoria e a tomar medidas para melhorar. Isso não apenas os torna aprendizes mais autônomos, mas também os prepara para enfrentar desafios de aprendizado ao longo da vida.

Outro aspecto relevante é que a avaliação como subsidiária promove uma cultura de melhoria contínua. Os educadores e os sistemas de ensino

podem utilizar os dados da avaliação para identificar tendências, avaliar a eficácia das estratégias de ensino e implementar mudanças necessárias para aprimorar o processo educacional. A avaliação de resultados não é vista como um ponto final, mas como um ponto de partida para melhorias subsequentes.

Por fim, essa abordagem incentiva a aprendizagem profunda. Quando os alunos percebem que a avaliação está alinhada com a compreensão e aplicação de conceitos, em vez de simplesmente memorização, eles tendem a se envolver mais profundamente com o material. Isso promove uma aprendizagem mais significativa e duradoura, que vai além da memorização temporária para a aplicação real do conhecimento.

Em resumo, a avaliação como subsidiária do processo ensino-aprendizagem é um conceito poderoso que coloca a aprendizagem no centro da educação. Ela promove uma cultura de melhoria, individualização, reflexão e aprendizado profundo, beneficiando tanto os alunos quanto os educadores.



Essa abordagem não apenas mede o progresso, mas também o impulsiona, transformando a educação em uma jornada contínua e enriquecedora.

Um segundo princípio importante é a autenticidade na avaliação. Isso significa que as avaliações devem ser projetadas para refletir situações reais de aprendizado. Seu principal propósito é garantir a qualidade da aprendizagem do aluno, não apenas rotulá-lo com uma nota. A avaliação deve ser um processo de juízo de qualidade baseado em dados relevantes da realidade, alinhados com os objetivos educacionais. Além disso, a tomada de decisões deve ser diagnóstica, visando auxiliar o aluno em seu processo de aprendizagem.

Em resumo, o princípio da autenticidade enfatiza a importância de tornar as avaliações relevantes, significativas e aplicáveis à vida dos alunos, promovendo uma aprendizagem mais profunda e transferível.

### **Avaliação como atividade e ato formativo**

Avaliar para conhecer é um terceiro princípio que enfatiza a avaliação como uma atividade e um ato formativo. A avaliação é parte integrante do pensamento crítico e da racionalidade prática, não apenas uma prática técnica. Ela deve ser democrática, envolvendo todos os participantes do processo educacional, e estar a serviço dos envolvidos. A avaliação é contínua, processual e formativa, ou seja, tem como objetivo compreender e apoiar a aprendizagem, não apenas classificar.

O último princípio abordado é avaliar para promover. Isso significa restabelecer o verdadeiro sentido do termo "promoção" na educação, afastando-se das práticas classificatórias. A avaliação é vista como um ato de reflexão, baseado no diálogo e na mediação, que promove um agir consciente e reflexivo. Nessa abordagem, o professor desempenha o papel de investigador e facilitador, adaptando estratégias pedagógicas com base na observação individual de cada aluno, com

foco na melhoria contínua do processo de aprendizagem.

### **Instrumentos de Avaliação**

Uma série de ferramentas de avaliação estão disponíveis para enriquecer o processo de aprendizagem. Assim, temos à disposição:

- a) Testes: Os testes são uma das formas mais tradicionais de avaliação e são úteis para medir o conhecimento do aluno em um determinado assunto. É importante preparar os exames de forma clara e imparcial, o que garante uma avaliação justa do desempenho do aluno.
- b) Tarefas: As tarefas oferecem uma oportunidade para avaliar a capacidade do aluno de aplicar o conhecimento em situações práticas. Eles podem ser atribuídos individualmente ou em grupos e

incluem tarefas como pesquisas, apresentações, projetos, etc.

- c) Portfólios: Os portfólios são uma abordagem mais holística que permite aos alunos compilar e organizar uma série de trabalhos e tarefas ao longo do curso. São úteis não só para avaliar os conhecimentos dos alunos, mas também para avaliar as suas competências e qualificações.
- d) Autoavaliação: A autoavaliação permite que os alunos analisem seu próprio desempenho e identifiquem pontos fortes e áreas de desenvolvimento. Pode ser combinado com outros métodos de avaliação, como testes e trabalhos, para fornecer uma imagem mais completa do progresso do aluno.
- e) Observação em sala de aula: A observação direta em sala de aula permite que os professores avaliem o desempenho dos alunos em situações reais de aprendizagem. Esta técnica não se limita à avaliação de

conhecimentos, mas inclui também competências sociais e emocionais.

É importante que os professores escolham os instrumentos de avaliação mais adequados a cada contexto e adotem uma abordagem formativa onde a avaliação é a observação contínua e o feedback aos alunos. Além disso, é importante que os professores estejam abertos a novos métodos de avaliação e se esforcem constantemente para melhorar as suas práticas de avaliação para atender às necessidades individuais e coletivas dos alunos. Cada um desses instrumentos serve a propósitos específicos na avaliação da aprendizagem. Os testes podem medir o conhecimento factual, enquanto as tarefas e projetos avaliam habilidades práticas e a capacidade de aplicar o conhecimento. A avaliação formativa orienta a aprendizagem em andamento, enquanto a avaliação somativa fornece uma visão geral do desempenho do aluno.

Os princípios básicos da avaliação no processo de aprendizagem são fundamentais para

uma educação de qualidade. Eles garantem que a avaliação seja uma ferramenta de apoio ao ensino-aprendizagem, não apenas um meio de classificação. Ao entender e aplicar esses princípios em sua prática como educador, você estará contribuindo para a promoção da aprendizagem significativa, da reflexão e do desenvolvimento dos alunos. A avaliação, quando bem concebida e aplicada, é uma aliada valiosa no caminho em direção a uma educação mais inclusiva e democrática. Para aprofundar os conhecimentos sobre esse tema, recomendamos a leitura dos trabalhos de autores como Cipriano Carlos Luckesi, Juan Álvaro Méndez e Jussara Hoffmann, que abordam de forma abrangente os princípios da avaliação educacional.

### **Considerações finais do capítulo**

As desigualdades presentes nas avaliações de desempenho escolar se entrelaçam com

desigualdades sociais mais amplas, criando uma dinâmica complexa na qual sucesso e fracasso escolar, bem como inclusão e exclusão, estão intimamente relacionados. A questão central não é eliminar a avaliação escolar, mas sim questionar o seu formato tradicional, que muitas vezes tem contribuído para a exclusão e o insucesso de certos grupos de estudantes.

Olhando para a qualidade do ensino e da aprendizagem, a avaliação surge como um mecanismo de controlo que influencia a gestão curricular, os métodos de ensino e os resultados da aprendizagem. Estes resultados são frequentemente incorporados em sistemas de avaliação, o que pode inadvertidamente encorajar a diferenciação e eventual marginalização de certos grupos. A avaliação desempenha um papel central na educação porque mede o progresso dos alunos e a eficácia do sistema educativo.

No entanto, se isto não for feito de forma justa e abrangente, poderá ter um efeito prejudicial. Por exemplo, os sistemas de classificação

tradicionais tendem a criar hierarquias que favorecem alguns alunos em detrimento de outros. Tal hierarquia, muitas vezes baseada em critérios rígidos e uniformes, pode levar à exclusão de alunos que não atendam a esses padrões pré-determinados. Isto pode incluir estudantes oriundos de meios socioeconômicos desfavorecidos, estudantes com necessidades especiais, minorias étnicas ou outros grupos que enfrentam desafios especiais.

A ênfase na classificação pode marginalizar inadvertidamente pessoas com diferentes capacidades ou estilos de aprendizagem, perpetuando a desigualdade educacional. É, portanto, necessário rever a avaliação para garantir que se trata de um instrumento abrangente e justo. Isto requer a consideração de diferentes indicadores de desempenho, a consciência da diversidade de capacidades e necessidades dos alunos e a criação de sistemas que promovam oportunidades educativas iguais para todos.



Mais do que um mecanismo de exclusão, a avaliação deve ser uma ferramenta para ajudar a identificar e responder às necessidades dos alunos, promovendo assim uma educação de qualidade e mais justa.

As desigualdades na educação refletem muitas vezes desigualdades sociais mais amplas, como o acesso desigual aos recursos educativos, diferenças no apoio familiar e socioeconómico e preconceitos e estereótipos arraigados na sociedade. Esta desigualdade social reflete-se nas avaliações do desempenho académico, onde os estudantes de grupos marginalizados podem enfrentar barreiras adicionais ao sucesso académico.

O sistema de classificação tradicional, que se concentra principalmente em testes e avaliações padronizados, favorece os alunos que atendem aos padrões académicos comuns. Isto pode levar à exclusão e ao fracasso escolar de alunos com diferentes estilos de aprendizagem, necessidades especiais ou desafios socioeconómicos.

Portanto, a discussão não deve ser sobre a abolição da avaliação escolar, mas sobre a sua mudança para uma ferramenta mais justa e inclusiva. Isto pode incluir a adoção de métodos de avaliação mais abrangentes que levem em conta diferentes habilidades e competências, adaptando as práticas de ensino às necessidades individuais dos alunos e reconhecendo que o sucesso acadêmico não deve ser medido apenas por notas e notas. Em vez disso, o foco deve ser proporcionar oportunidades iguais a todos os estudantes, independentemente da sua origem social, para que possam atingir o seu pleno potencial na educação.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Em uma perspectiva histórica, visualizamos a uma mudança na nomenclatura de “exames” para “avaliação” no contexto da educação. Mas, para além da nomenclatura, o que mudou na prática docente no chão da escola?

Notamos que, apesar desta evolução terminológica, a natureza da prática permanece muitas vezes inalterada. Temos assistido práticas docentes em que manifestam relutância em abandonar completamente as práticas tradicionais de avaliação em favor de métodos de avaliação mais modernos e eficientes.

Esta continuidade da prática tradicional de exames levanta questões importantes sobre como as escolas enfrentam desafios educacionais em constante evolução. Isso porque a definição mesma de escola, enquanto indissociável da sociedade, está sujeita às transformações socioculturais. As práticas são contingentes, por isso é preciso considerar os contextos em que se dão.

Embora o uso de exames possa fornecer uma visão limitada do desempenho dos alunos, a avaliação como aqui a propomos visa ampliar essa perspectiva, considerando não apenas o conhecimento, mas também as competências, habilidades e desenvolvimento geral dos alunos. É muito importante reconhecer a necessidade de adaptar as práticas de avaliação para atender às exigências da educação atual. Isto requer a criação de estratégias de avaliação que se alinhem melhor com os objetivos educacionais, promovam uma aprendizagem eficaz, a autoavaliação dos alunos e a capacidade de aplicar o conhecimento no mundo real. Embora a terminologia possa ter evoluído, melhorar as práticas de avaliação promove a educação.

O processo avaliativo deve levar em conta a própria diversidade que é inerente ao ambiente escolar. A diversidade cultural transcende a etnia e a nacionalidade e inclui também questões relacionadas com o sexo, a classe social, a sexualidade e outras dimensões da identidade. A

interseccionalidade é fundamental para compreender como essas dimensões se entrelaçam e influenciam as experiências dos grupos.

A necessidade de políticas públicas e de formação de professores que abordem a diversidade como parte integrante do sistema educacional. Embora o domínio dos conteúdos ainda seja necessário, os educadores devem estar conscientes das exigências sociais que a escola procura satisfazer, incluindo questões de identidade e diferença.

Além disso, é preciso destacar o papel da escola como espaço de criação de identidade individual e coletiva. A educação escolar é vista como uma prática social que tem como objetivo o pleno desenvolvimento da pessoa, a preparação para a cidadania e a competência para o trabalho. O princípio da governança democrática é enfatizado como inovador, embora limitado ao sistema de ensino público brasileiro.

A construção da identidade é influenciada por discursos e sistemas de representação, e a

diferença baseia-se muitas vezes na exclusão e na negação das semelhanças. O multiculturalismo é visto como uma estratégia para lidar com a diversidade cultural, e as abordagens vão desde a celebração até à integração de culturas na cultura dominante.

Assim sendo, o papel central da escola como iniciadora do multiculturalismo, mas ao mesmo tempo aponta desafios como o aumento da desigualdade através do currículo oculto e a desigualdade de oportunidades para a educação. Recomendamos abordagens educacionais transformadoras que incentivem a reflexão sobre as estruturas de poder, a consideração das diversas necessidades dos alunos e a comunicação intercultural.

Por último, enfatizamos a importância de uma avaliação da aprendizagem que promova a igualdade na educação. A conclusão enfatiza a necessidade de continuar a questionar e mudar as práticas educativas em busca de uma verdadeira valorização da diversidade. Foi também sublinhado

que, embora a terminologia tenha evoluído de “exames” para “avaliação”, a natureza da prática docente permanece muitas vezes inalterada, levantando questões sobre a forma como as escolas lidam com os desafios educativos em constante evolução.

## REFERÊNCIAS

ANTONIO, José Carlos. Filosofia da Educação. São Paulo: Pearson EducationBrasil, 2014. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/22095>. Acesso em: 20 Jul. 2023.

AMARAL, Leila Dias Pereira do. Fundamentos históricos, sociológicos e filosóficos da educação. Palmas: Unitins, 2014.

BRASIL. Ministério da Educação. Técnicas e instrumentos de avaliação da aprendizagem. Brasília: MEC, 2013.

CHUEIRI, M. A. Avaliação da aprendizagem: uma prática reflexiva. Revista de Educação, Ciência e Tecnologia, v. 1, n. 1, p. 59-60, 2008.

GHIRALDELLI Jr, Paulo. O que é filosofia da educação? Rio de Janeiro: DPA, 1999.

HOFFMANN, J. Avaliação da aprendizagem escolar: para além da verificação de resultados. Porto Alegre: Mediação, 2003.

LIBANEO, José Carlos. Didática. São Paulo: Cortez, 1999.

LIBÂNEO, José. Pedagogia e pedagogos, para



quê? São Paulo: Cortez, 2022.

SAVIANI, Demerval. História das ideias pedagógicas no Brasil. Campinas: Autores Associados, 2007.

LIBANELO, José Carlos. Pedagogia e pedagogos, para quê?. São Paulo: Cortez, 1999.

LIBANELO, José Carlos. Democratização da escola pública: a pedagogia crítico-social dos conteúdos. São Paulo: Loyola, 1999.

LIBANELO, José Carlos. Organização e gestão da escola: teoria e prática. Goiânia: MF Livros, 1999.

LUCKESI, Cipriano Carlos. Avaliação da aprendizagem: componentes do ato pedagógico. 1ª edição. São Paulo: Cortez, 2011. p. 263-294.

MORAES, D. A. F. d. Prova: instrumento avaliativo a serviço da regulação do ensino e da aprendizagem. Estudos em Avaliação Educacional, v. 31, n. 75, p. 1-16, 20.

MARTINS, L. C. Metodologia da pergunta Por que questionar é importante para o ensino-aprendizagem? O que dizem as pesquisas? ResearchGate, 2021. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/349036889\\_Metodologia\\_da\\_pergunta\\_Por\\_que\\_questionar\\_e\\_importante\\_para\\_o\\_ensino-](https://www.researchgate.net/publication/349036889_Metodologia_da_pergunta_Por_que_questionar_e_importante_para_o_ensino-)

aprendizagem\_O\_que\_dizem\_as\_pesquisas. Acesso em: 06 set. 2023.

MÉNDEZ, J.M. Álvarez. Avaliar para Conhecer, Examinar para Excluir. Porto: Edições Asa, 2002.

SILVA, A. C. et al. Avaliação formativa: instrumento para aprendizagem significativa na série do 9º ano do ensino fundamental da Escola Salesiana da. Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento, v. 4, n. 6, p. 1-16, 2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA. O processo de aprendizagem e seus transtornos. Salvador: EDUFBA, 2013.

SAVIANI, Dermeval. Pedagogia histórico-Crítica: primeiras aproximações. 10. ed. Campinas: Autores Associados, 2008.

SEVERO, José Leonardo Rolim de Lima. Perspectivas curriculares sobre a formação do pedagogo para a educação não escolar. Educação em Revista (online), v. 34, p. 1-23, 2018.

TEIXEIRA, Anísio. A escola brasileira e a estabilidade social. Revista brasileira de estudos pedagógicos, vol. XXVIII(67): 3-29, 1957.

## **SOBRE O AUTOR**

### **RAIMUNDO CARVALHO MOURA FILHO**

É professor efetivo de História na rede de educação básica de Imperatriz/MA. Tem Pós-graduação em Metodologia do Ensino Superior pela Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão (UEMASUL). É mestre em História pelo Programa de Pós-graduação em História da Faculdade de História da Universidade Federal de Goiás. É Membro/pesquisador do Núcleo de Estudos Multidisciplinares de História Antiga e Medieval (NEMHAM-CNPq/UEMA) e do Laboratório de Estudos Medievais (LEME/UFG). É pesquisador na Associação Brasileira de Estudos Medievais (ABREM). No mestrado estudou as representações acerca dos ideais de vida religiosa eremítico e cenobítico, a partir de discursos hagiográficos (vida de santos) entre os séculos XI e XII. Tem experiência em História da Igreja

medieval e em História da Filosofia, com ênfase em Filosofia Medieval, atuando principalmente nos seguintes temas: antropologia afetiva, as concepções acerca da alma e do corpo, e relações interpessoais nos escritos do abade cisterciense Aelredo de Rivelaux (1110-1167 d.C).

ISBN 978-655376243-5



9

786553

762435